



## ABRIGO PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA	
1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA	3
1.2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL	4
1.3. A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTO ALEGRE	5
1.4. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	5
1.5. JUSTIFICATIVA DO TEMA	6
1.6. VISITAS REALIZADAS	7
1.7. ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE PROGRAMA, SÍTIO E TECIDO URBANO DE SUPORTE	9
1.8. OBJETIVOS DA PROPOSTA	9
1.9. DIRETRIZES DE PROJETO	9
2. ASPECTOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	
2.1. DEFINIÇÃO DOS NÍVEIS E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO PRETENDIDOS	10
2.2. METODOLOGIA E INSTRUMENTOS	10
3. ASPECTOS RELATIVOS ÀS DEFINIÇÕES GERAIS	
3.1. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS ENVOLVIDOS E SEUS OBJETIVOS	10
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ALVO	10
3.3. ASPECTOS TEMPORAIS, PRAZOS E ETAPAS DA EXECUÇÃO	10
3.4. ASPECTOS ECONÔMICOS	10
4. ASPECTOS RELATIVOS À DEFINIÇÃO DO PROGRAMA	
4.1. TABULAÇÃO DOS REQUERIMENTOS	11
4.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	11
4.3. GRÁFICO DE CONEXÕES	14
5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	
5.1. POTENCIAIS E LIMITAÇÕES DA ÁREA	15
5.2. MORFOLOGIA URBANA E RELAÇÕES FUNCIONAIS	16
5.3. USO DO SOLO E ATIVIDADES EXISTENTES	17
5.4. ESPAÇOS ABERTOS E VEGETAÇÃO	17
5.5. SISTEMA DE CIRCULAÇÃO	17
5.6. REDES DE INFRAESTRUTURA	18
5.7. POPULAÇÃO DO BAIRRO	18
5.8. LEVANTAMENTO DO TERRENO	18
5.9. MICRO-CLIMA	18
5.10. ESTRUTURA E DRENAGEM DO SOLO	19
6. CONDICIONANTES LEGAIS	
6.1. PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE	20
6.2. CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES	20
6.3. NORMAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS	20
6.4. DEMAIS NORMATIVAS PERTINENTES AO TEMA	20
7. FONTES DE INFORMAÇÃO	21
8. HISTÓRICO ESCOLAR	22
9. PORTFÓLIO	23

## 1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

A realidade da exclusão social no Brasil tem origens econômicas, caracterizada pela pobreza absoluta, mas também é marcada pelo sentimento de falta de pertencimento à sociedade formal e perda da autoestima e perspectivas por parte destes cidadãos. Diversas são as razões que levam as pessoas a viver nas ruas. Porém, nota-se a predominância do rompimento dos laços afetivos. Esta ruptura pode ser decorrente do desemprego, violência, alcoolismo, uso de drogas e doenças mentais, entre outros fatores. Também estão entre a população em situação de rua indivíduos recém chegados do interior, em busca de melhores condições, que ainda não conseguiram emprego ou local para morar, e pessoas que possuem um trabalho mas que não ganham o suficiente para se sustentar ou voltar para casa e, então, acabam dormindo nas ruas ou albergues.

A população em situação de rua é definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como sendo um “grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar”.

As necessidades básicas dessa população, que são a alimentação, a higiene, as necessidades fisiológicas, o vestuário e o abrigo, são atendidas, nas grandes cidades, através da rede de serviços de assistência social. No entanto, esta oferta muitas vezes não satisfaz, tanto pela escassez de vagas quanto pela baixa qualidade dos serviços prestados. Dentre as razões que levam as pessoas a não usarem os serviços disponíveis estão a necessidade de seguir as regras de

convivência estabelecidas (abstinência de álcool e drogas, tomar banho,...), o mal atendimento e a dificuldade em conseguir vagas. Os que não buscam abrigo na rede de assistência acabam dormindo embaixo de marquises, pontes, em estações rodoviárias ou acampados em praças e parques. Conforme a socióloga Ana Paula Motta Costa, faz parte do histórico da política assistencial no país a disponibilização de “serviços pobres, já que são destinados a pessoas pobres”. Esta alegação evidencia a cultura nacional de que estes serviços se tratam de um favor prestado à população, e não da garantia de seus direitos sociais. (COSTA, População em Situação de rua: contextualização e caracterização, 2005)

Segundo Mattos e Ferreira, viver na rua estabelece estereótipos que são involuntariamente incorporados por essas pessoas repercutindo na construção de suas identidades:

A caracterização das pessoas em situação de rua como anormais, carrega em si a comparação com uma ‘normalidade’ vista como forma legítima de vida na sociedade. Assim o diferente passa a ser objeto de estranhamento e repulsa.(...) Ora, se morar em uma residência fixa, trabalhar formalmente e constituir família são padrões normais, logo sem residência fixa, sem família e trabalho formal, as pessoas em situação de rua são alvos de investidas ideológicas que acentuam suas ‘anormalidades’.(...) Assim o conjunto destas tipificações, suscita nos cidadãos domiciliados ações que trafegam no extremo da total indiferença chegando até à repulsa e à violência física. Percebe-se que todo este discurso serve como pano de fundo para que o sujeito em situação de rua de maneira negativa construa a sua identidade, e talvez por isto, muitas vezes ele acaba por aceitar este destino, o de viver nas ruas. (MATTOS; FERREIRA, 2004, apud LIMA; OLIVEIRA, 2012, p.164)

### EQUIPAMENTOS SOCIAIS PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA:

**ALBERGUES:** oferecem pernoite, banho, janta e café da manhã a seus usuários.

**CASAS DE CONVIVÊNCIA/CENTROS POP:** local de referência diurna. oferece atendimento psicossocial, local para higiene e alimentação. abertos nos turnos da manhã e tarde.

**ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAIS:** atendimento integral, proporciona estadia, convívio e endereço de referência. apresenta 3 modalidades: abrigos, casas de passagem e repúblicas.

**ABRIGOS:** moradia temporária para até 50 pessoas de ambos os sexos por unidade.

**CASAS DE PASSAGEM:** acolhimento emergencial para pessoas do mesmo sexo. recebe os usuários a qualquer horário e realiza os devidos encaminhamentos.

**REPÚBLICAS:** moradias subsidiadas em sistema de autogestão ou co-gestão que possibilita a gradual independência dos moradores. cada unidade atende até 10 pessoas do mesmo sexo.

## 1.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Foi aprovada, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que reconhece a Assistência Social como política pública de direito do cidadão e dever do Estado. Em 2005 a LOAS foi alterada para se incluir a obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua. Desta forma, tornou-se tarefa dos municípios manter serviços e programas de atenção a essa população.

Em 2008, foi desenvolvida a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua que tem por objetivo orientar a construção e execução de políticas públicas para esses cidadãos. Fruto de um trabalho interministerial e que contou com a participação de representantes da sociedade civil, pretendeu estabelecer diretrizes para possibilitar a reinserção das pessoas em situação de rua em suas redes familiares, o acesso aos seus direitos civis e a oportunidades de desenvolvimento social. Conforme as orientações desse documento, a rede de proteção a essa população deve se dar através de políticas intersetoriais de saúde, educação, habitação, geração de renda e emprego, cultura e assistência social nas esferas federal, estadual e municipal. Das ações estratégicas cabe salientar algumas:

\_disponibilização de imóveis vazios nos centros urbanos, por meio da articulação entre as esferas de governo para viabilização de projetos de moradia para a população de rua;

\_incorporação de projetos de geração de emprego e renda, associativismo e capacitação profissional em processos de planejamento das áreas centrais;

\_inclusão de critérios de priorização de projetos que levem em consideração a população em situação de rua nos programas habitacionais financiados pelo Governo Federal, notadamente o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) e o FGTS (Fundo de garantia por Tempo de Serviço);

\_garantia de integração entre habitação e meios de sobrevivência, tais como proximidade dos locais de trabalho, facilidade de transporte, infra-estrutura, etc.;

\_estruturação da rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente nos albergues;

\_promoção de políticas de Inclusão Digital para pessoas em situação de rua.

\_desenvolvimento da potencialidade da linguagem artística como fundamental no processo de reintegração social das pessoas em situação de rua. Neste sentido, promoção de atividades artísticas especificamente voltadas para esta população, tais como aulas e prática de teatro, literatura e artesanato;

\_garantia de programas voltados para o esporte e o lazer da população em situação de rua; (Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Governo Federal. Brasília, maio de 2008).

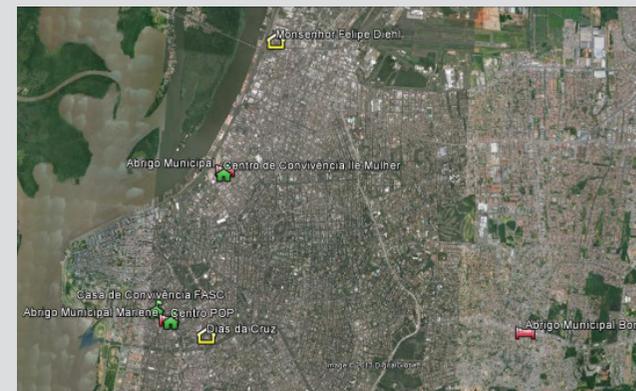


FIGURA 1 - Mapeamento dos equipamentos de assistência social da rede pública e conveniada em Porto Alegre

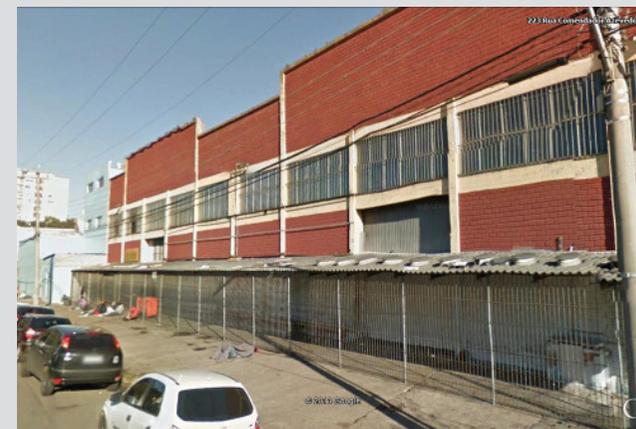


FIGURA 2 - Albergue Municipal de Porto Alegre

### 1.3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTO ALEGRE

Em Porto Alegre, o órgão gestor das políticas de assistência social é a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Dentro da Fundação, a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, como é o caso da população em situação de rua.

Na Proteção Especial de Média Complexidade, Porto Alegre conta com 9 Centros de Referência Especializado de Assistência Social, os CREAS. Nesses centros são realizados serviços de proteção e atendimento especializado e abordagem social. Também fazem parte da média complexidade os equipamentos diurnos de apoio à população adulta de rua, como é o caso da Casa de Convivência e o Centro POP.

A proteção Social Especial de Alta Complexidade cuida dos serviços de albergagem, da rede própria e conveniada, e de atendimento integral à população em situação de risco pessoal e social. Enquanto o Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes conta com 51 unidades, de pequeno e médio porte, que totalizam 624 vagas, o mesmo serviço para a população adulta se resume, atualmente, a 2 unidades: o Abrigo Municipal Marlene e o Abrigo Bom Jesus, totalizando 120 vagas. Atualmente há um esgotamento no atendimento destes abrigos. (FIGURA 1)

No início de 2007, a prefeitura de Porto Alegre, junto à Brigada Militar, realizou uma operação de retirada dos cidadãos que dormiam em praças, calçadas e pontes para fechar estes espaços com grades e muros. O objetivo da campanha era a “limpeza” dos espaços públicos no centro da cidade. Porém, esta ação não foi acompanhada de nenhum programa de encaminhamento social. A população em situação de rua, diante desta exclusão social, manifestou a sua indignação:

“A Prefeitura arruma as ruas, mas albergue, que é bom, não faz mais. Tinha que ter mais Casas de Convivências, para a pessoa ter onde ficar durante o dia. As pontes não são melhores do que os abrigos, e nem tem vagas nos abrigos. As que têm são insuficientes.” (CORDEIRO et al., 2007, apud LIMA; OLIVEIRA, 2012, p.168)

No ano de 2011, Porto Alegre desenvolveu o Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua. Esse tem por objetivo a construção de uma rede de gestão com ações interdisciplinares como meio de qualificar o atendimento. As principais diretrizes do plano são a promoção da qualidade de vida e o reordenamento dos serviços e implantação de novas modalidades na rede de acolhimento, integrando os 3 níveis de proteção (básica, média e alta complexidade). Além disto, constam nos objetivos específicos a realização de Cadastro Censitário dessa população e ações para promover a saída das ruas. O plano previa um cronograma para a implantação das melhorias ao longo dos anos. Algumas ações previstas foram:

Ano de 2011: criação do Centro Pop e abrigos exclusivos para famílias; reordenamento do Abrigo Marlene reduzindo sua capacidade para 60 pessoas;

Ano de 2012: reordenamento do Albergue Municipal e Abrigo Bom Jesus; implantação de duas repúblicas;

Ano de 2013: criação de dois Serviços de Acolhimento Institucional, da modalidade abrigo, com o objetivo de ampliação das vagas na rede; implantação de mais duas repúblicas.

O plano ainda prevê atendimento ao seu público alvo nas unidades de saúde da rede básica, oferta de ações de qualificação profissional e orientação para geração de renda, trabalho e emprego.

### 1.4 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Em 2011, a pesquisa encomendada pela FASC, com o objetivo de recenseamento da população adulta em situação de rua da cidade de Porto Alegre, contribuiu para traçar o perfil básico deste grupo de pessoas. Atualizando os dados recolhido na pesquisa de 2007, abordou temas acerca do cotidiano, trabalho, saúde e relações com instituições.

A população estudada se caracteriza por ser composta, em sua grande maioria, por homens (81,7%) na faixa etária dos 25 a 59 anos (76,4%). Observou-se que, desde a pesquisa de 2007, houve um envelhecimento desta população, seguindo o aumento da expectativa de vida. Metade dos cadastrados é originária de Porto Alegre e, da outra metade, a maioria veio do interior do Estado. A zona de maior concentração desta população é o centro e adjacências, como os bairros Floresta, Menino Deus, Navegantes e Cidade Baixa.

Em relação à escolaridade, mais de 60% não completaram o ensino fundamental e apenas aproximadamente 3% ingressaram no ensino superior. Apesar disso, mais de 80% desta população sabe ler e escrever.

O principal indicador da condição social dessa população é o local onde dormem. Aproximadamente 60% dormem em local de risco, como é o caso de calçadas, praças, parques, pontes e viadutos. Apesar de este indicador ter baixado em relação a 2007, ainda é alarmante a quantidade de pessoas dormindo desprotegidas. Em relação às atividades ocupacionais realizadas, a mais freqüente é a coleta de materiais recicláveis, com 19,8% seguida de reciclagem, 15,9%, lavagem ou guarda de carros, 11,6% e construção civil, 6,3%, entre outras. Apenas uma minoria é improdutiva e sobrevive de esmolas.

## 1.5 JUSTIFICATIVA DO TEMA

Ao longo dos anos, Porto Alegre tem visto a sua população moradora das ruas crescer. Grupo heterogêneo, composto por indivíduos com diferentes histórias de vida e tendo em comum o fato de fazer das ruas o seu local de existência e moradia. Em 1995 uma pesquisa realizada pela FASC e PUCRS apontou 222 pessoas morando nas ruas da Capital. Em 2007, um novo levantamento foi feito, contabilizando 1.203 pessoas em situação de rua e, em 2011, esse número tinha crescido para 1.347.

Os serviços de acolhimento da FASC, conforme diretrizes do Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua, estão passando por um período de reordenamento. Essas mudanças visam adequar os espaços físicos e o atendimento aos parâmetros contidos nas normativas vigentes, para assim qualificar o serviço prestado. Fazem parte dessas ações a estruturação da rede de acolhimento conforme a demanda do município e a adequação da infraestrutura e da capacidade máxima dos abrigos já existentes.

Visto que a ida e permanência das pessoas nas ruas não está ligada apenas ao déficit habitacional, a efetiva saída desta condição não está vinculada apenas à oferta de moradia. Os serviços de acolhimento devem, além de proporcionar abrigo, ser entendidos como a porta de retorno à sociedade, proporcionando acesso às políticas públicas das diversas áreas, como educação e saúde.

O abrigo tem como função auxiliar estas pessoas a se estabilizarem e se reinserirem na sociedade formal. É importante que seja um local de referência e proteção para onde voltar. O álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas, tanto como forma de minimizar a fome e o frio, como ferramenta de socialização entre os membros dos grupos. Desta forma, a abstinência se torna ainda mais penosa para quem precisa sobreviver nas ruas.

É importante que as pessoas acolhidas nos abrigos tenham perspectivas para o futuro, nisto, inclui-se muni-las com possibilidade de independência do serviço de acolhimento sem que seja necessário retornar às ruas. Muitos são encaminhados para programas de distribuição de renda, como o bolsa família. Porém, para que estes adquiram autonomia se faz necessário viabilizar alternativas de ocupação e geração de renda vinculadas a acompanhamento social e oferta de espaços educativos.

Visto que a oferta de serviços de acolhimento em Porto Alegre se apresenta aquém da demanda e dos padrões de qualidade, é pertinente a implantação de um abrigo institucional que seja modelo no atendimento aos adultos em situação de rua. Desta forma, o projeto a ser desenvolvido neste trabalho de conclusão de curso tem por finalidade oferecer moradia provisória a adultos de ambos os sexos. O ambiente deve proporcionar ainda espaços para o desenvolvimento de atividades que visem a reinserção social e resgate da autoestima dos moradores.

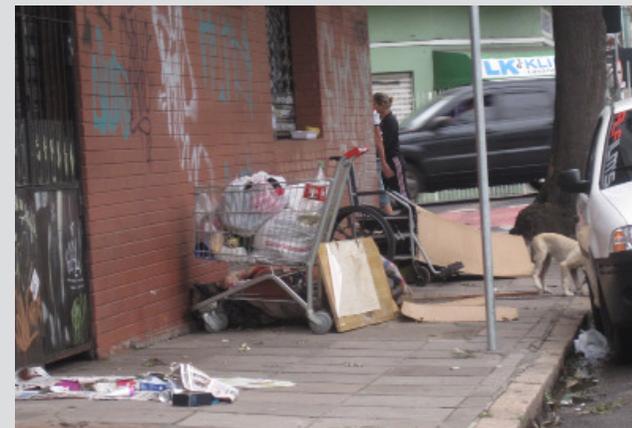


FIGURA 3 - Pertences de moradores de rua, Porto Alegre.



FIGURA 4 - Carrinho de um morador de rua, Porto Alegre.

## 1.6 VISITAS REALIZADAS

### ABRIGO MUNICIPAL BOM JESUS

rua são domingos, 165 - bom jesus - porto alegre  
(FIGURA 1)

A primeira instituição de abrigagem de Porto Alegre abriu suas portas em 1987 como Albergue Municipal Bom Jesus, gerenciado pela então Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social. Em 1994, com a Lei Orgânica da Assistência Social, a FASC assume a administração e o transforma em Abrigo Municipal, atendendo a população adulta em situação de rua.

A edificação de um pavimento onde está instalado o abrigo era anteriormente uma clínica e teve o seu espaço adaptado ao novo uso. Em consequência disso, as funções tiveram de se adequar ao espaço disponível. Verifica-se a pouca insidência solar nos espaços abertos devido às grandes árvores que sombreiam o terreno durante praticamente todo o dia, tornando o ambiente frio e úmido no inverno (FIGURA X). As janelas, são todas gradeadas para segurança à ataques externos.

Atualmente 55 pessoas moram no abrigo, 40 homens e 15 mulheres. A equipe de profissionais é composta por 2 coordenadores; 12 monitores que se organizam em equipes de 4 por turno; 6 enfermeiras, 2 durante o dia e 1 a noite; 1 terapeuta ocupacional; 2 oficineiros e 2 assistentes sociais, além da equipe de limpeza e cozinha.

Antigamente o abrigo contava com 78 vagas, os usuários tinham que dividir o dormitório com aproximadamente mais 12 pessoas. Estes eram divididos em ala feminina e masculina. Hoje, com a redução das vagas com o objetivo de se enquadrar no máximo de 50 moradores por unidade, os quartos são compostos por 6 moradores. O objetivo do coordenador é reduzir para 4, como indicado nas orientações da Assistência Social.

Cada abrigo tem autonomia para organizar a

sua rotina e estabelecer, em conjunto com os moradores, as normas de convívio. No caso do Abrigo Bom Jesus, o dia começa as 6:30 com o café da manhã. Ao todo são servidas 6 refeições diárias. (FIGURA 6)

Ao longo do dia, e em alguns casos, da noite, os moradores saem para ir trabalhar, procurar emprego, realizar consultas médicas e frequentar cursos. O horário de entrada no abrigo é das 11h às 13h e das 17h às 20h ou conforme combinado com a coordenação. A saída é permitida a qualquer hora. Quando retornam ao abrigo, os usuários passam por uma revisão holística para confirmar que não estão sob o efeito de drogas ou álcool, se estiverem em condições, a entrada é permitida.

Os usuários que optam por permanecer no abrigo, passam o dia na sala chamada de multiuso vendo televisão, lendo ou desenvolvendo outras atividades. Essa sala, composta por 3 sofás e uma televisão, é o espaço de convivência interior. Também os pátios (FIGURAS 5 e 7) são utilizados para atividades de lazer, como o cultivo da horta, e para lavar roupas no tanque e estendê-las para secar. Foi expressado pelo coordenador a vontade de montar uma estante com livros, pois muitos moradores gostam de ler, mas a falta de espaço disponível está atrasando a realização desse desejo. Duas vezes por semana são realizadas oficinas, uma de artesanato e outra de música. Outras atividades individuais e em grupo são organizadas pela terapeuta ocupacional conforme a demanda dos moradores. Mensalmente são realizadas festas para comemorar os aniversários do mês.

Conclui-se que a edificação comporta todos os ambientes necessários para o desenvolvimento das atividades; porém, esses espaços são adaptados e apresentam limitações como baixo desempenho de habitabilidade, pouco apelo estético e dimensionamento inadequado.



FIGURA 5 - Pátio lateral, Abrigo M. Bom Jesus



FIGURA 6 - Refeitório, Abrigo M. Bom Jesus



FIGURA 7 - Pátio interno, Abrigo M. Bom Jesus

## ABRIGO MUNICIPAL MARLENE

av getúlio vargas, 40 - menino deus - porto alegre  
(FIGURA 1)

Criado em 1995 sob o nome de Abrivivência para suprir a demanda apontada pela 1ª Conferência Municipal de Assistência Social. Na época abrigava no mesmo espaço físico o abrigo e uma casa de convivência. Em 2001 o serviço foi reordenado e apenas o abrigo passou a funcionar ali.

Atualmente o equipamento abriga 63 moradores, 59 homens e 14 mulheres. Os quartos masculinos são organizados com 5 beliches cada, uma ocupação muita acima da adequada. A rotina da instituição e seus usuários é semelhante à do Abrigo Bom Jesus. A maioria das pessoas passa o dia na rua, trabalhando ou atendendo à consultas e cursos.

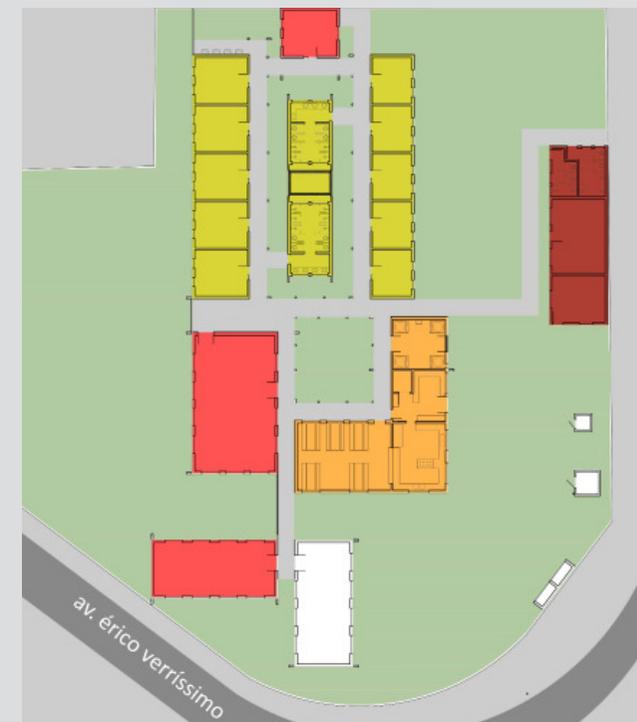
A característica mais marcante do espaço físico do abrigo é a grande quantidade de espaços abertos. As atividades são separadas em núcleos independentes e a sua ligação se dá pelo espaço aberto, ora coberto, ora descoberto. Se por um lado essa disposição auxilia a ventilação e pode ser agradável no verão, no inverno e em dias chuvosos se torna desconfortável e até prejudicial à saúde dos seus moradores, esta já tão debilitada. (FIGURA 8)

Os profissionais que compõe a equipe são os mesmos da do outro abrigo. O terapeuta ocupacional desenvolve atividades de reabilitação física em atendimentos individuais ou em duplas. Observou-se uma carência de espaços adequados para estas atividades e também para encontros em grandes grupos. As oficinas, que costumam receber de 15 a 20 indivíduos, são desenvolvidas na sala de estar, que também é a sala da TV e da biblioteca. Já as assembléias, realizadas quinzenalmente, utilizam o refeitório, por ser o único espaço que abriga todos os 63 moradores mais a equipe. As comemorações de datas festivas são feitas no pátio, quando o dia está bonito, ou no

refeitório. Este possui X metros quadrados e está totalmente ocupado por mesas e bancos fixos, não tendo espaços para disposições variadas de grupos e atividades de pé.

Eventualmente os moradores recebem a visita de parentes e amigos. Nestas ocasiões, os encontros se dão no pátio frontal, não sendo permitida a entrada de visitantes nas dependências comuns ou dormitórios. Essa proibição está ligada à preservação da privacidade e segurança dos demais moradores. Foi constatada a ausência de ambiente adequado para a realização destes encontros, uma vez que o pátio de acesso não possui espaço abrigado das intempéries.

Desta forma, apesar desta edificação receber há anos moradores das ruas e os auxiliar no seu reestabelecimento, o espaço físico é precário. Em um esforço de adequar a edificação ao seu uso, está prevista uma reforma das instalações. Será construída uma cobertura para o acesso ao prédio que ligará o setor da administração aos dormitórios. Também será construída uma sala multiuso, com dimensões maiores do que as salas existentes atualmente, para abrigar atividades coletivas.



- Administração
- Dormitórios e Sanitários
- Serviços e Refeitório
- Espaços de convivência e atendimento
- Pátio

FIGURA 8 - Planta baixa Abrigo Marlene

## 1.7 ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE PROGRAMA, SÍTIO E TECIDO URBANO DE SUPORTE

A recomendação do Sistema Único de Assistência Social é de que as unidades de acolhida estejam inseridas na comunidade e em locais onde haja maior concentração de pessoas em situação de rua. Levando isso em consideração, buscou-se um terreno na região central de Porto Alegre, apontada no levantamento de 2011 como a zona onde se encontra o maior número de pessoas vivendo nas ruas. A escolha da região central também se justifica por possuir uma ampla gama de serviços e atrações além da facilidade de acesso às demais regiões da cidade, principalmente através do transporte público.

O terreno da proposta se situa no bairro Cidade Baixa, na Av. João Pessoa. Atualmente, o terreno se apresenta sem uso. A localização privilegiada, de frente para o Parque Farroupilha, possibilita que se explore visuais agradáveis para o espaço público e vegetação. Esta proximidade também incentiva o uso do parque para realizar atividades de lazer e prática de esportes.

### 1.8 OBJETIVO DA PROPOSTA

O objetivo do Abrigo Institucional para Adultos em Situação de Rua tem por objetivo prover acolhimento para até 50 homens e mulheres que estariam vivendo nas ruas. Com características residenciais e proporcionando um ambiente acolhedor e agradável, deve, além de atender as necessidades básicas, proporcionar espaços para a realização de oficinas educativas e culturais buscando o desenvolvimento das potencialidades dos moradores. Desta forma, os objetivos específicos do abrigo institucional são:

\_Acolher indivíduos de ambos os sexos de forma integral atendendo suas necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário e convivência. Além de proporcionar espaço de escuta, diálogo e

referência domiciliar.

\_Prestar atendimento social que incentive a independência, autonomia e fortalecimento de vínculos sociais.

\_Promover acesso à rede de qualificação profissional como perspectiva à inclusão produtiva.

\_Oportunizar atividades que incentivem a construção de relações humanizadoras, valorizando as potencialidades individuais e coletivas

\_Promover a participação da população usuária no processo de gestão do serviço.

\_E estrutura física deve oferecer condições de habitabilidade, higiene, segurança, acessibilidade e privacidade.

### 1.9 DIRETRIZES DE PROJETO

\_espaços de convivência entre os moradores e entre estes e a equipe de profissionais.

\_espaços que respeitem a privacidade e independência dos moradores.

\_espaços flexíveis que promovam diversos usos como cursos, oficinas e atividades de lazer.

\_espaços iluminados e arejados, privilegiando a iluminação e ventilação naturais.

\_boas condições de habitabilidade e conforto térmico.

\_contato físico e visual com espaços abertos que explorem o uso da vegetação.

\_ambientes que proporcionem perspectivas amplas e agradáveis.

\_permeabilidade visual tanto na relação interior x exterior, quanto na interior x interior.

\_explorar a proximidade com o parque para criar relações interior x exterior valorizando os espaços do abrigo.

## 2.1 DEFINIÇÃO DOS NÍVEIS E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO PRETENDIDOS

O material a ser apresentado no final do semestre contará com todos os elementos necessários para a boa exposição e compreensão do projeto desenvolvido. Este se focará em evidenciar as soluções funcionais, formais e espaciais adotadas. Será explicitado o sistema construtivo e os principais materiais empregados.

Os seguintes elementos gráficos serão utilizados, em escala adequada, para a apresentação da proposta de projeto:

- \_diagramas conceituais;
- \_planta de situação e localização - inserção no contexto urbano;
- \_plantas de cobertura, implantação e demais pavimentos;
- \_cortes longitudinais e transversais;
- \_elevações;
- \_ampliações em planta, corte e fachada quando pertinente;
- \_detalhes construtivos;
- \_perspectivas internas e externas;
- \_maquete com inserção no entorno imediato

## 2.2 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS

O trabalho a ser desenvolvido seguirá a proposta do plano de ensino da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso e compreenderá 3 etapas:

\_ETAPA 1: pesquisa acerca da temática ser abordada; estudos de caso; levantamento do programa da edificação; estudo do terreno e entorno.

\_ETAPA 2: desenvolvimento da solução de projeto: estudos volumétricos e funcionais; zoneamentos e dimensionamentos; lançamento da modulação e estrutura; partido geral.

\_ETAPA 3: detalhamento e apresentação do anteprojeto.

## 3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS ENVOLVIDOS E SEUS OBJETIVOS

O projeto seria uma parceria entre o Governo Federal e Municipal, como prevê o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, o qual instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. O objetivo final é qualificar a rede de atendimento aos adultos que vivem nas ruas através de novos equipamentos.

Em Porto Alegre, o órgão responsável pela gestão e execução das políticas sociais é a FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania). Está encarregada de firmar parcerias com a Federação para a realização dos projetos. O cofinanciamento federal para a instalação dos Serviços de Acolhimento Institucional se dá através do Piso de Alta Complexidade II (PAC II) e é regulamentado pela Portaria nº 140, de 28 de junho de 2012, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

## 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ALVO

O público alvo são os adultos em situação de rua da cidade de Porto Alegre que buscam melhorar as suas condições de vida e promover a sua saída das ruas. Como apresentado anteriormente, a maioria desta população é composta por homens entre os 25 e 59 anos que, apesar da baixa escolaridade, sabem ler e escrever. Também são caracterizados pelo grande número de indivíduos viciados em drogas ou alcool e com algum tipo de enfermidade, seja ela mental ou física.

São usuários não fixos da edificação os visitantes destes moradores (parentes e amigos) e as equipes de trabalho. Os profissionais envolvidos no atendimento dos moradores devem usufruir de um ambiente de trabalho agradável e seguro.

## 3.3 ASPECTOS TEMPORAIS, PRAZOS E ETAPAS DA EXECUÇÃO

A definição do prazo total para a conclusão do projeto é de difícil definição pois envolve etapas burocráticas como o cofinanciamento federal. Entretanto, pode-se estimar que, após realizado o financiamento e estudos de viabilidade, a execução da obra se daria no prazo de 1 ano e meio a 2 anos.

As etapas do processo de implantação do projeto são:

- \_aprovação do projeto
- \_financiamento
- \_aquisição do terreno pela prefeitura;
- \_projeto executivo/projeto canteiro de obras;
- \_execução de terraplanagem, se necessário;
- \_execução das fundações;
- \_execução das demais elementos;
- \_liberação da edificação junto ao órgão competente.

## 3.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Conforme pesquisa junto ao mercado imobiliário, estipula-se que o valor do terreno de aproximadamente 1.300m<sup>2</sup> seja de R\$3.000.000,00. O CUB do Rio Grande do Sul, em agosto de 2013, para projeto de interesse popular estava em R\$734,13/m<sup>2</sup>.

TERRENO = R\$3.000.000,00

EDIFICAÇÃO = 1.138m<sup>2</sup> x 734,13 = R\$835.440,00

TOTAL = R\$3.835.440,00

## 4.1 TABULAÇÃO DOS REQUERIMENTOS

### NECESSIDADES BÁSICAS

ESPAÇO	REQUISITOS	EQUIPAMENTOS	POP. FIXA	POP. VARIÁVEL	QUANT.	ÁREA UNIT.	ÁREA TOTAL
DORMITÓRIO FEMININO	privacidade, tranquilidade ventilação, acessibilidade	camas, armários mesas de apoio, cadeiras	-	3-4	3	16m <sup>2</sup>	48m <sup>2</sup>
DORMITÓRIO MASCULINO	privacidade, tranquilidade ventilação, acessibilidade	camas, armários mesas de apoio, cadeiras	-	4	10	16m <sup>2</sup>	160m <sup>2</sup>
SANITÁRIO/ VESTIÁRIO FEMININO	privacidade, ventilação, fácil limpeza, acessibilidade	lavatórios, vasos sanitários chuveiros, bancos conjunto PNE	-	2	2	14m <sup>2</sup>	28m <sup>2</sup>
SANITÁRIO/ VESTIÁRIO MASCULINO	privacidade, ventilação, fácil limpeza, acessibilidade	lavatórios, vasos sanitários chuveiros, bancos conjunto PNE	-	4	2	28m <sup>2</sup>	56m <sup>2</sup>
REFEITÓRIO	iluminação natural, ventilação, visuais agradáveis	mesas e cadeiras, apoio ao buffet	-	50	1	-	60m <sup>2</sup>
LAVANDERIA	iluminação natural, ventilação	tanques, varal	-	5	1	-	15m <sup>2</sup>
PÁTIO SERVIÇO		varal	-	-	-	-	-
TOTAL							367m <sup>2</sup>

### ATIVIDADES COLETIVAS

ESPAÇO	REQUISITOS	EQUIPAMENTOS	POP. FIXA	POP. VARIÁVEL	QUANT.	ÁREA UNIT.	ÁREA TOTAL
SALA DE TELEVISÃO	iluminação natural, ventilação, acessibilidade	televisão, sofás e poltronas	-	10	1	-	30m <sup>2</sup>
ESPAÇO DE JOGOS	iluminação natural, ventilação, visuais agradáveis, acessibilidade	mesas, cadeiras	-	10	1	-	30m <sup>2</sup>
ESPAÇO PARA EVENTOS	iluminação natural, ventilação, visuais agradáveis, acessibilidade	mesas, cadeiras	-	65	1	-	150m <sup>2</sup>
ESPAÇOS DE ESTAR	iluminação natural, ventilação, visuais agradáveis, acessibilidade	mesas, cadeiras, poltronas e sofás	-	10	1	-	30m <sup>2</sup>
OFICINA	iluminação natural ventilação	mesas e cadeiras armários	-	20	1	-	70 m <sup>2</sup>
DEPÓSITO OFICINA	-	estantes e armários	-	-	1	-	10 m <sup>2</sup>

## 4.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As atividades propostas foram agrupadas em 4 grupos:

- \_necessidades básicas
- \_atividades coletivas
- \_atendimentos e administração
- \_infraestrutura de apoio

### NECESSIDADES BÁSICAS

As necessidades básicas são: descanso, higiene e alimentação.

Os dormitórios são divididos por sexo com a capacidade ideal de 4 pessoas por dormitório. Levando em consideração que aproximadamente 80% dos adultos em situação de rua são do sexo masculino, esta proporção será transmitida ao número de vagas destinadas às mulheres.

Os sanitários destinados aos moradores são coletivos e também separados em feminino e masculino, estando cada um equipado com pelo menos um conjunto adaptado à acessibilidade universal. A lavanderia para uso dos moradores deve proporcionar espaço ao ar livre para a secagem das roupas.

O refeitório é um espaço chave do programa pois além de serem servidas 6 refeições diárias, é um espaço de encontro e convívio em grupo.

### ATIVIDADES COLETIVAS

Os espaços coletivos de convívio devem propiciar espaços para os mais diversos usos, respeitando a liberdade de escolha dos moradores. Dentre estes ambientes se destacam o espaço de TV, espaço de estudos/informática/biblioteca, espaço para jogos de cartas e tabuleiro, espaço para grandes reuniões e eventos, espaços para receber visitas, espaços de convivência ao ar livre, horta.

Atividades em grupo também são desenvolvidas nas oficinas, com ênfase em produções manuais

ESPAÇO	REQUISITOS	EQUIPAMENTOS	POP. FIXA	POP. VARIÁVEL	QUANT.	ÁREA UNIT.	ÁREA TOTAL
DEPÓSITO OFICINA	-	estantes e armários	-	-	1	-	10 m <sup>2</sup>
SALAS CURSOS	iluminação natural ventilação	mesas, cadeiras quadro branco, projetor	-	15	1	-	30 m <sup>2</sup>
INFORMÁTICA BIBLIOTECA	iluminação natural, ventilação, visuais agradáveis	estantes, mesas, cadeiras, poltronas, computadores	-	5	1	-	30 m <sup>2</sup>
PÁTIO SOCIAL	áreas ensolaradas, áreas de sombra, horta	mesas, cadeiras, bancos	-	50	-	-	-
TOTAL							380m <sup>2</sup>

#### ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO

ESPAÇO	REQUISITOS	EQUIPAMENTOS	POP. FIXA	POP. VARIÁVEL	QUANT.	ÁREA UNIT.	ÁREA TOTAL
RECEPÇÃO	-	balcão , poltronas	1	4	1	-	25m <sup>2</sup>
ENFERMARIA	iluminação natural, ventilação	balcão com pia inox, mesa, exaustor, maca, armário	1	2	1	-	20m <sup>2</sup>
ATENDIMENTO INDIVIDUAL	iluminação natural ventilação	mesa, cadeiras, poltronas ou sofá	1	2	2	12m	24m <sup>2</sup>
SALA DA COORDENAÇÃO	iluminação natural ventilação	mesas, cadeiras, armários arquivos, computadores	4	6	1	-	25m <sup>2</sup>
SALA DO TERAPEUTA OC.	iluminação natural -ventilação	mesa, cadeiras, armários computador	1	2	1	-	12m <sup>2</sup>
SALA DE REUNIÕES	iluminação natural ventilação	mesa de reuniões, projetor cadeiras	-	15	1	-	20m <sup>2</sup>
SALA DOS MONITORES	iluminação natural ventilação	mesas, cadeiras, armários computadores	-	4	1	-	20m <sup>2</sup>
SALA DE DESCANSO	iluminação natural ventilação	sofá/poltronas, televisão, armários	-	5	1	-	15m <sup>2</sup>
COPA	-	mesa, cadeiras, geladeira pia, microondas, armários	-	5	1	-	12m <sup>2</sup>
SANITÁRIO/ VESTIÁRIO FUNC	-	lavatório, vaso sanitário, chuveiro, banco	-	1	2	5m <sup>2</sup>	10m <sup>2</sup>
ZELADORIA	iluminação natural ventilação	armários, mesa, cadeira	1	-	1	-	15m <sup>2</sup>
TOTAL							198m <sup>2</sup>

e artísticas. As salas de aula podem ser utilizadas para cursos com turmas menores ou reuniões de grupos de apoio.

#### ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Ao longo do dia são feitos os atendimentos psicossociais com os moradores em salas individuais. No núcleo da administração ficam as salas dos profissionais, sala dos monitores, sala da coordenação e espaço para reuniões de equipes. Servem de apoio para os funcionários a copa, sala de descanso, sanitários e vestiários.

#### INFRAESTRUTURA

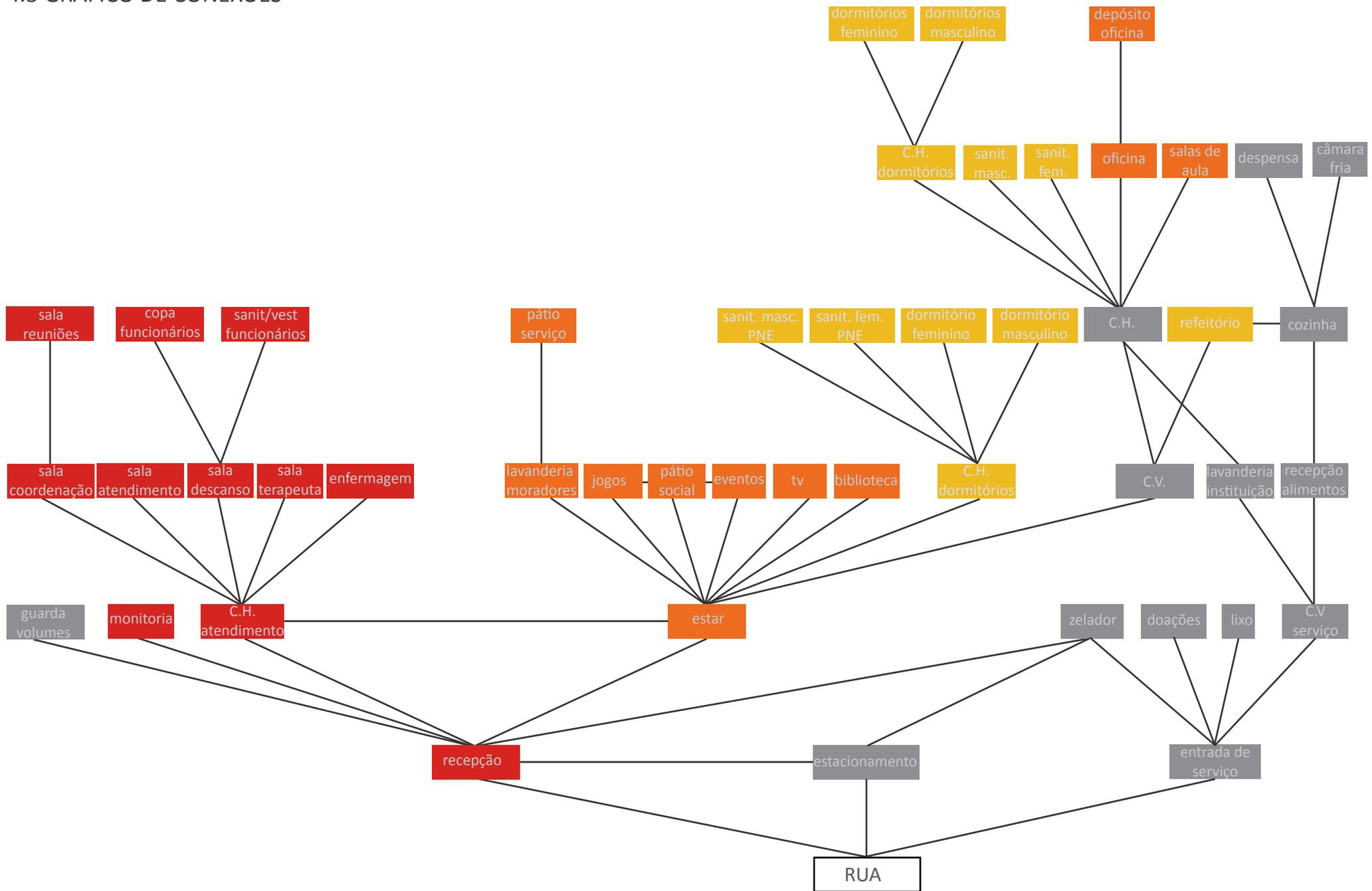
No grupo da infraestrutura estão os espaços da lavanderia da instituição, depósito de doações, reservatório, central de gás, estacionamento e guarda-volumes. Também consta da infraestrutura a cozinha industrial, equipada com câmara fria e despensa, que atende o refeitório para 50 pessoas.

**INFRAESTRUTURA DE APOIO**

ESPAÇO	REQUISITOS	EQUIPAMENTOS	POP. FIXA	POP. VARIÁVEL	QUANT.	ÁREA UNIT.	ÁREA TOTAL
COZINHA	- ventilação - fácil limpeza	fogão industrial 6 bocas, bancada com pia de 2 cubas, coifa, exaustor, geladeira doméstica	3	-	1	-	30m <sup>2</sup>
CÂMARA FRIA	- condicionamento térmico	freezer industrial, freezer horizontal	-	-	1	-	5m <sup>2</sup>
DESPENSA	-	preteleiras horti/fruti, prateleira alimentos	-	-	1	-	12m <sup>2</sup>
RECEPÇÃO ALIMENTOS	- próximo entrada de serviço	bancada, varal, bancada com pia	-	1	1	-	7m <sup>2</sup>
LIXO	- próximo saída serviço		-	-	1	-	2m <sup>2</sup>
LAVANDERIA	-	4 tanques, 3 máquina de lavar e 2 de secar	-	1-3	1	-	12m <sup>2</sup>
ROUPARIA	-	estantes	-	-	1	-	15m <sup>2</sup>
ALMOXARIFADO	-	estantes e armários	-	-	1	-	10m <sup>2</sup>
RESERVATÓRIO	-	reservatório, bombas	-	-	1	-	30m <sup>2</sup>
CENTRAL GÁS	-	6 botijões de 45kg	-	-	1	-	5m <sup>2</sup>
GUARDA VOLUMES	- espaços para carrinhos de coleta	armários, estantes	-	3	1	-	25m <sup>2</sup>
ESTACIONAMENTO	- 1 vaga - próximo ao acesso	-	-	-	1	-	20m <sup>2</sup>
SALA DOAÇÕES	-	armários e estantes	-	2	1	-	20m <sup>2</sup>
TOTAL							193m <sup>2</sup>

 TOTAL: 1.138m<sup>2</sup>

### 4.3 GRÁFICO DE CONEXÕES



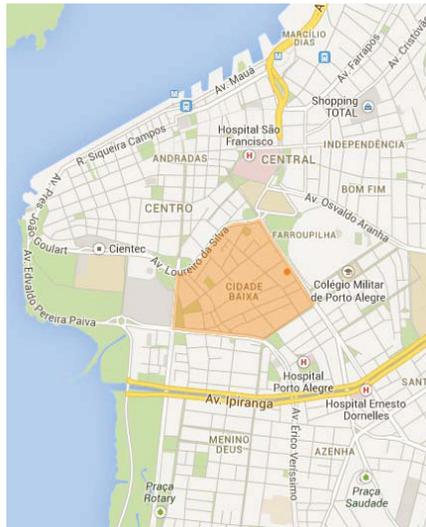


FIGURA 9- Localização de Porto Alegre

FIGURA 10 - Localização do bairro na cidade

FIGURA 11 - Localização do terreno no bairro



FIGURA 12 - Equipamentos do entorno

- 1.HPS 2.HCPA 3.UBS Santa Cecília 4.Cais Mental 5.GAPA 6.Posto Modelo
- 7.UFRGS 8.Colégio Militar 9.Escola Estadual Técnica em Saúde no HCPA 10.CMET Paulo Freire
- 11.Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS 12.Colégio Julio de Castilho
- 13.Auditório Araújo Viana 14.Cinema Guion 15.Opinião 16. Museu Joaquim José Felizardo 17.Planetário
- 18.Parque Esportivo Ramiro Souto 19.Parque Farroupilha
- Instituições Religiosas
- Terreno de projeto — Vias com transporte público

## 5.1 POTENCIALIDADE E LIMITAÇÕES

O terreno proposto se localiza no limite do bairro Cidade Baixa com o Parque Farroupilha (Rendição), entre as ruas Luiz Afonso e Otávio Corrêa e com acesso pela Av. João Pessoa. O bairro está próximo ao Centro de Porto Alegre (FIGURAS 10 e 11) e de equipamentos importantes (FIGURA 12), além do parque já citado, como o Hospital de Porto Socorro e Hospital de Clínicas, o Centro Administrativo e a UFRGS (universidade federal). Das características mais marcantes do bairro pode-se citar a sua multiplicidade de usos e frequentadores. Apesar no número cada vez crescente de lojas, bares e restaurante de rua, além de equipamentos culturais, ainda mantém caráter residencial. Essa diversidade confere movimento às ruas em todas as horas do dia.

A Cidade Baixa e regiões vizinhas oferecem os principais serviços de atendimento à população alvo do projeto proposto (FIGURA 12). São diversos os equipamentos de saúde da rede pública e conveniada, como o Cais Mental, que atende doentes mentais, e a ONG GAPA, que trabalha com a prevenção da AIDS, que se localizam nas imediações. Na área da educação, o Centro Municipal de Educação do Trabalhador Paulo Freire oferece a modalidade de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria da Educação. O bairro ainda é bem servido de transporte público, conectando-se principalmente com as regiões sul e leste da cidade. Em frente ao terreno do projeto encontra-se a estação Touring, na Av. João Pessoa.



FIGURA 13 - Mapa figura e fundo bairro - terreno destacado em laranja

FIGURA 14 - Mapa de alturas



FIGURA 15 - Ausência de recuos laterais.



FIGURA 16 - Edificações novas se destacam pela altura destoante do resto da malha.



FIGURA 17 - Edificações antigas preservadas



FIGURA 18 - Prédios na Av. João Pessoa



FIGURA 19 - A Av. João Pessoa é uma barreira que separa o bairro do parque.



FIGURA 20 - Vista aérea do Parque da Redenção

## 5.2 MORFOLOGIA URBANA E RELAÇÕES FUNCIONAIS

Segundo o PDDUA de Porto Alegre, a área estudada está inserida na macrozona 1, a Cidade Radiocêntrica. “Caracterizada pela porção urbanística mais consolidada do município, com traçado viário estruturador denido a partir de um sistema radial de vias principais, lotes na sua maioria ocupados, caracterizando as mais altas densidades e a infraestrutura mais qualificada da cidade”.

A urbanização da área hoje conhecida como Cidade Baixa teve início no final do século XIX com o loteamento e venda de áreas, até então rurais, pelos seus proprietários. Essa urbanização não planejada resultou em quadras e parcelamentos de dimensões variadas, como fica evidenciado no mapa de figura e fundo (FIGURA 13). A grande maioria dos lotes se caracteriza por ter testada estreita e grande profundidade, o que resultou em miolos de quadras não ocupados e edificações sem recuos laterais (FIGURA 15). Também os recuos frontais não são muito presentes.

O bairro está passando por uma renovação edilícia que visa o aumento em altura dos prédios (FIGURA 16), causando e densificação da região. Apesar disso, muitas das antigas edificações ainda estão preservadas (FIGURA 17), algumas dessas inventariadas, e o padrão de altura no bairro ainda se mantém entre 1 e 4 pavimentos (FIGURA 14). A preservação dessas construções antigas contribui para manter a ambiência diversidade urbana da região.

A Av. João Pessoa se caracteriza por edificações de maior altura, chegando aos 10 pavimentos (FIGURA 18). A avenida de grande tráfego, com diversas faixas de rolamento, além do corredor de ônibus, funciona como uma barreira entre o bairro e o Parque da Redenção (FIGURAS 19 e 20).

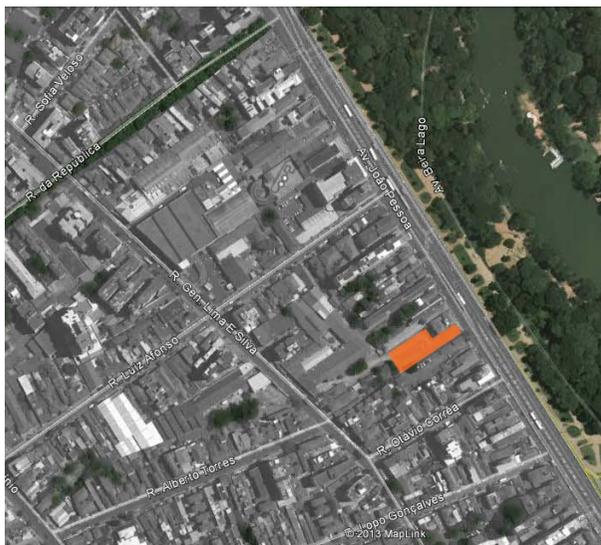


FIGURA 21 - Mapa da vegetação existente

FIGURA 22 - Mapa de usos



FIGURA 23 - Parque da Redenção.



FIGURA 24 - Vegetação da rua da República.



FIGURA 25 - Vegetação no miolo de quarteirão

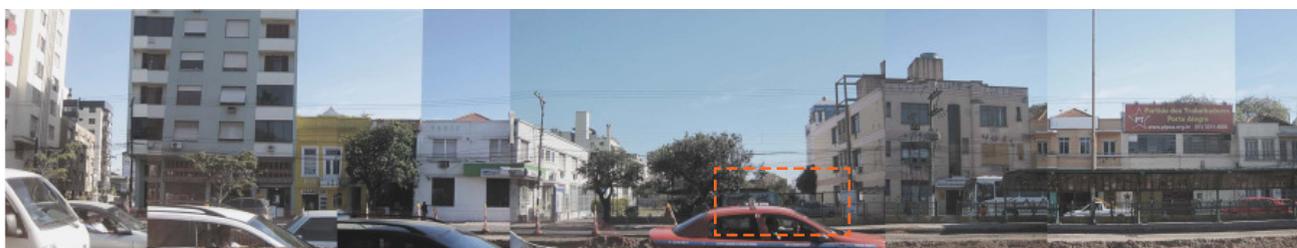


FIGURA 26 -Elevação Av. João Pessoa ; terreno da intervenção marcado em laranja.

### 5.3 USO DO SOLO E ATIVIDADES EXISTENTES

Como evidenciado no mapa de usos (FIGURA 22), o entorno do terreno proposto possui atividades mistas. O terreno é predominantemente comercial, principalmente nas vias de maior tráfego, como é o caso da av. João Pessoa e rua Lima e Silva. As vias transversais e essas são menos movimentadas e com mais usos residenciais. Há grande presença de restaurantes e bares, além de antigas casas convertidas em escritórios. Na avenida João Pessoa o terreno é principalmente composto por lojas, sendo comum o varejo de móveis novos e usados. O terreno escolhido para o projeto é vizinho, de um lado, do estacionamento do SESC, e de outro, de um pequeno prédio comercial (FIGURA 26).

### 5.4 ESPAÇOS ABERTOS E VEGETAÇÃO

O espaço aberto de grande expressão na região é o Parque Farroupilha, mais conhecido como Redenção. Palco de eventuais atividades culturais e da feira do Brique nos fins de semana, atrai milhares de porto alegrenses (FIGURA 23). À parte da rua da República, que contém árvores de grande porte nas calçadas (FIGURA 24), as ruas do bairro não apresentam arborização expressiva. A vegetação aparece, então, nos miolos de quarteirão (FIGURAS 21 e 25).

### 5.5 SISTEMA DE CIRCULAÇÃO

As vias de maior tráfego de veículos são as paralelas ao parque (Av. João Pessoa, rua Lima e Silva, rua José do Patrocínio), que ligam o centro à zona sul, e as avenidas que delimitam o bairro. Estas também são as de maior fluxo de pedestres por apresentarem atividade comercial mais intensa. Nestas vias o estacionamento de veículos é proibido ou limitado, sendo as vias locais utilizadas para tal. Como alternativa de estacionamento, o bairro é bem equipado com garagens rotativas.



FIGURA 27 - Mapa plani-altimétrico

FIGURA 28 - Mapa do terreno escolhido com as suas dimensões

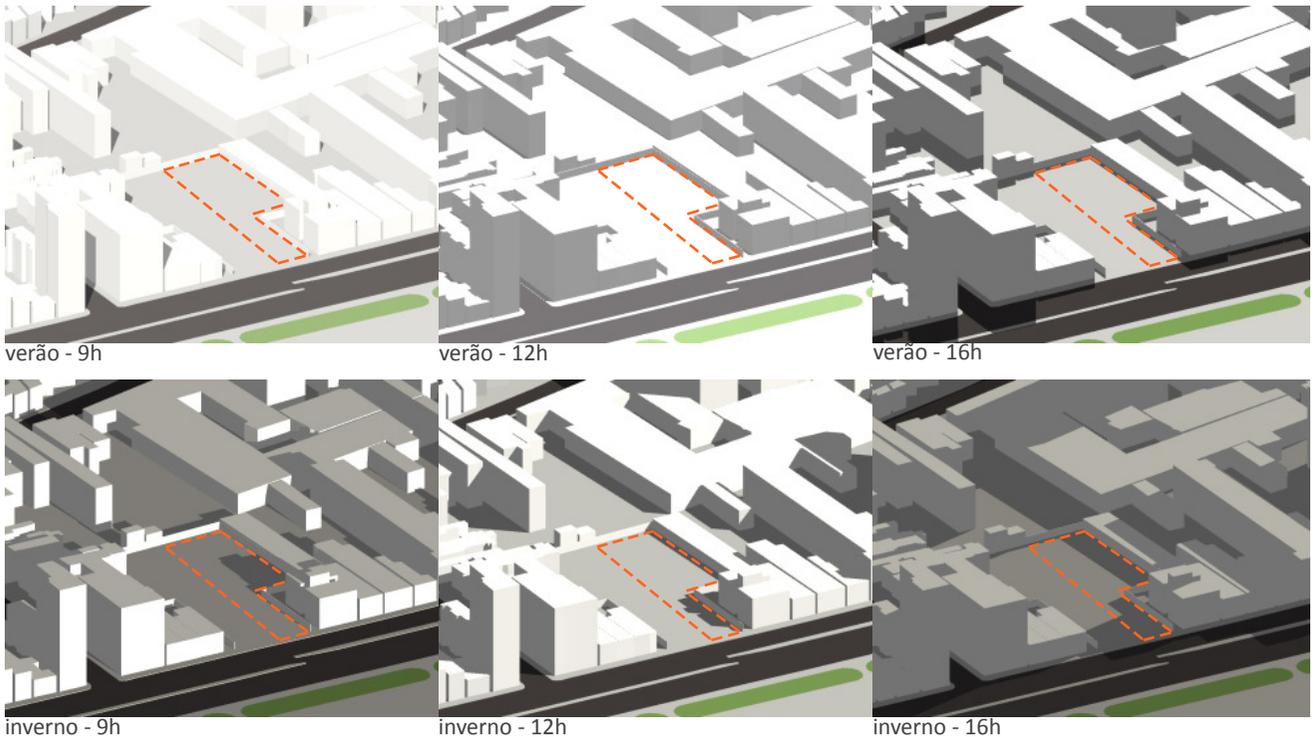


FIGURA 29 - Estudo da insolação no terreno

## 5.6 REDES DE INFRAESTRUTURA

A Cidade Baixa, por ser um bairro consolidado e antigo da capital, é bem servida de infraestrutura urbana. Estão presentes as redes de água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefonia e iluminação pública. Os serviços de coleta de lixo, correio e transporte público atendem a região.

## 5.7 A POPULAÇÃO DO BAIRRO

O bairro possui 18.523 habitantes e conta com uma densidade de 19.917,20 habitantes por km<sup>2</sup>. A população feminina é levemente maior que a masculina, compondo 57% dos moradores. Em 2010, 0,21% dos responsáveis pelo domicílio eram analfabetos e a renda média era de 5,92 salários mínimos.

## 5.8 LEVANTAMENTO DO TERRENO

Observa-se, pelo levantamento plani-altimétrico (FIGURA 27), que a área estudada é praticamente plana. O terreno encontra-se na cota 6m e não apresenta maiores desníveis. O terreno escolhido para a implantação do projeto possui aproximadamente 1.370m<sup>2</sup>. A frente do lote é mais estreita, com 11m, e nos fundos a largura é de 24m. O maior lado possui 70m (FIGURA 28).

## 5.9 MICRO-CLIMA

A testada do terreno possui orientação nordeste. Os vizinhos a noroeste apresentam pouca ocupação nos fundos do lote, resumindo a construções de 1 pavimento, desta forma, o terreno recebe boa incidência solar durante a maior parte do dia, inclusive no inverno, principalmente nos fundos. A primeira porção do lote é sombreada pela edificação vizinha no período da tarde. (FIGURA 29) Deve-se levar em consideração que o plano diretor vigente permite alturas maiores do que as das edificações existentes no entorno atualmente. Desta forma, a insolação do terreno pode ser prejudicada no futuro devido à inserção de novas edificações.



FIGURA 30 - Mapa com localização das visuais



FIGURA 31 - Vista axonômica do terreno



FIGURA 32 - Vista 1



FIGURA 33 - Vista 2



FIGURA 34 - Vista 3



FIGURA 35 - Vista 4



FIGURA 36 - Vista 5



FIGURA 37 - Vista 6

Conforme o Atlas Ambiental de Porto Alegre, o terreno estudado se encontra na zona climática denominada de Superfície Edificada com forte acréscimo de calor. A alta densidade de edificações e a vegetação escassa fazem dos centros urbanos ilhas de calor. No caso da região do terreno, este efeito é minimizado pela presença do Parque Farroupilha que, por ser uma grande área verde, funciona como uma ilha de frescor, renovando o ar do entorno.

A direção dos ventos mais frequente em Porto Alegre é a leste, seguida da leste-sudeste e da sudeste. A unidade relativa do ar é alta durante todo o ano, tendo picos nos meses de inverno.

Em relação à poluição sonora, a Cidade Baixa está incluída na classe 2, de 59 a 81db. Sendo o ruído proveniente principalmente do tráfego veicular. A Av. João Pessoa, onde está localizado o terreno, consta como classe 1, de 75 a 89,9db.

### 5.10 ESTRUTURA E DRENAGEM DO SOLO

Segundo o Atlas Ambiental de Porto Alegre, a área escolhida é considerada de baixa vulnerabilidade, ótima para a ocupação urbana e construção de edificações convencionais. O seu relevo é plano, com declividades inferiores a 6% e a suscetibilidade à erosão laminar praticamente nula. Apesar de grande parte do bairro pertencer à área denominada inundável protegida, o terreno em questão, por estar na cota 6m, já faz parte da área não inundável.

## 6.1 PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

AV JOAO PESSOA, 809  
MZ 1 UEU 28 QUARTEIRÃO 173  
PRÉDIOS RELACIONADOS NA FACE: SIM  
REGIME URBANÍSTICO (ATUALIZADO ATÉ  
31/08/2013)

SUBUNIDADE	DENS	ATIV	APR	VOL
21	19	05	19	11

LIMITE INICIAL : 687

LIMITE FINAL : 859

OS IMOVEIS COM FRENTE PARA ESTA VIA DEVEM ATENDER OS DISPOSTOS NO ANEXO 7.2, E OBSERVAÇÃO (2) DO ANEXO 7.1 DA LEI COMPLEMENTAR 434/99, ATUALIZADA PELA LEI COMPLEMENTAR 646/10.

ISENTO DE RECUO DE JARDIM

Densidade 19 - corresponde às zonas predominantemente residencial, mistas, Centro Histórico, Corredor de Urbanidade e de Centralidade. Densidade bruta de 525hab/ha.

Atividade 05 - Mista 02, Centro Histórico

Aproveitamento 19 - IA=2,4 IAmáx= 3,0

Volumetria 7 - altura máxima: 52m  
altura na divisa: 18m  
altura base: 9m  
taxa de ocupação da base: 90%  
taxa de ocupação do corpo; 75%

## 6.2 CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES

O projeto deverá atender o código de edificações de Porto Alegre nas exigências previstas para Residências Coletivas, além das diretrizes comuns a todas as edificações.

## 6.3 NORMAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS

A norma de proteção contra incêndio a ser atendida é o Código de Proteção contra Incêndio de Porto Alegre. As habitações coletivas são classificadas como grau de risco 1, pequeno. A NBR 9077 que visa as saídas de incêndio também será consultada.

O NBR 9050/2004 de acessibilidade universal será observada para o dimensionamento, sinalização e utilização dos espaços. A edificação deverá garantir o acesso pleno de seus espaços por portadores de necessidades especiais.

Serão ainda atendidas as normas ambientais e de proteção do patrimônio histórico e cultural pertinentes ao tema e local de inserção do projeto. As normas dos provedores de serviço são: eletricidade CEEE; fornecimento de água DMAE; e telefonia CRT.

## 6.4 DEMAIS NORMATIVAS PERTINENTES AO TEMA

O projeto a ser desenvolvido se propõe a atender as seguintes orientações dos órgãos competentes ao assunto:

\_ Política Nacional para a População em Situação de Rua, MDS;

\_ Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua, desenvolvido pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social);

\_ Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua, da Prefeitura de Porto Alegre;

\_ Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS.

## LIVROS

- \_ DAVIS, S. Designing for the homeless: Architecture that works. Berkeley, University of California Press, 2004.
- \_ MENEGAT, R (Coord.). Atlas Ambiental de Porto Alegre, Editora da Universidade, 1998
- \_ LITTLEFIELD, D. Manual do Arquiteto: Planejamento, Dimensionamento e Projeto. 3 edição. Porto Alegre, Bookman, 2011

## ARTIGOS

- \_ COSTA, A.P.M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos. n°4, dez 2005.
- \_ LIMA, C.M; OLIVEIRA, J.O.S. Participação popular dos moradores de rua na gestão pública do município de Porto Alegre, RS. Revista Univap, São José dos Campos, v.18, n.32, dez.2012.

## LEGISLAÇÕES

- \_ Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua.
- \_ Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006.
- \_ Lei Complementar nº434/1999. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre.
- \_ Lei Complementar nº284/1992. Código de Edificações de Porto Alegre.
- \_ NBR 9050 Acessibilidade
- \_ Lei Complementar nº420/2001 - Código de Proteção contra Incêndio de Porto Alegre.
- \_ Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

## ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

- \_ <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/>
- \_ <https://maps.google.com.br/>
- \_ [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/)
- \_ <http://observapoa.com.br/>
- \_ <http://alice.org.br/category/boca-de-rua-2/>

## DEMAIS DOCUMENTOS

- \_ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua. Porto Alegre, dezembro de 2011.
- \_ SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para População Adulta e Famílias em Situação de Rua, 2012
- \_ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE; FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. Cadastro da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre – 2011. Porto Alegre, 2012.
- \_ UFRGS; FASC. Cadastro de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre. Porto Alegre. 2008.

## ENTREVISTAS

- \_ Flávia Haase - arquiteta FASC/PMPA
- \_ Joelma Paolazzi - coordenadora Abrigo Marlene
- \_ Coordenador Adjunto Abrigo Bom Jesus

Histórico Escolar

LETÍCIA DE MESQUITA MENTZ  
Cartão 161235

Vínculo em 2013/2

Curso: ARQUITETURA E URBANISMO  
Habilitação: ARQUITETURA E URBANISMO  
Currículo: ARQUITETURA E URBANISMO

HISTÓRICO ESCOLAR

Lista das atividades de ensino de graduação cursadas pelo aluno na UFRGS

Ano Semestre	Atividade de Ensino	Turma	Conceito	Situação	Créditos
2013/1	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS	A	A	Aprovado	4
2013/1	ECONOMIA DA CONSTRUÇÃO - ESPECIFICAÇÕES E CUSTOS	U	A	Aprovado	4
2013/1	CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL - ARQUITETURA	U	B	Aprovado	2
2013/1	PROJETO ARQUITETÔNICO VII	A	A	Aprovado	10
2012/2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO B	U	A	Aprovado	4
2012/2	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA	A	A	Aprovado	4
2012/2	URBANISMO IV	A	B	Aprovado	7
2012/2	LUMINOTÉCNICA APLICADA À ARQUITETURA	A	A	Aprovado	4
2012/1	ACÚSTICA APLICADA	B	B	Aprovado	2
2012/1	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM OBRA II	A	A	Aprovado	2
2012/1	PROJETO ARQUITETÔNICO VI	A	A	Aprovado	10
2012/1	URBANISMO III	C	B	Aprovado	7
2012/1	LEGISLAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ARQUITETURA	U	C	Aprovado	2
2011/2	MORFOLOGIA E INFRAESTRUTURA URBANA	A	A	Aprovado	4
2011/2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO A	U	A	Aprovado	4
2011/2	PROJETO ARQUITETÔNICO V	A	B	Aprovado	10
2011/2	URBANISMO II	A	B	Aprovado	7
2011/2	PLANO DIRETOR - CONTEÚDO E TENDÊNCIAS	U	B	Aprovado	2
2011/1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS	V	A	Aprovado	4
2011/1	HABITABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	A	A	Aprovado	4
2011/1	URBANISMO I	B	A	Aprovado	6
2011/1	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA II	A	A	Aprovado	2
2011/1	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM OBRA I	B	A	Aprovado	2
2010/2	ESTRUTURAS DE AÇO E DE MADEIRA A	U	C	Aprovado	4
2010/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO C	U	A	Aprovado	4
2010/2	TEORIAS SOBRE O ESPAÇO URBANO	B	A	Aprovado	4
2010/2	PROJETO ARQUITETÔNICO IV	C	A	Aprovado	10
2010/2	PAISAGISMO E MEIO AMBIENTE	U	A	Aprovado	2

Ano Semestre	Atividade de Ensino	Turma	Conceito	Situação	Créditos
2010/2	ESTRUTURAS DE EDIFÍCIOS	U	A	Aprovado	4
2009/1	ANÁLISE DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS	U	B	Aprovado	4
2009/1	ESTABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	U	A	Aprovado	4
2009/1	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO B	U	A	Aprovado	4
2009/1	PROJETO ARQUITETÔNICO III	C	A	Aprovado	10
2008/2	EVOLUÇÃO URBANA	B	B	Aprovado	6
2008/2	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS PARA ARQUITETOS	B	C	Aprovado	4
2008/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO A	U	B	Aprovado	4
2008/2	PROJETO ARQUITETÔNICO II	B	B	Aprovado	10
2008/2	DESENHO ARQUITETÔNICO III	C	B	Aprovado	3
2008/2	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS A	A	A	Aprovado	2
2008/2	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS B	B	B	Aprovado	2
2008/1	MECÂNICA PARA ARQUITETOS	A	B	Aprovado	4
2008/1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE III	B	B	Aprovado	2
2008/1	ARQUITETURA NO BRASIL	U	B	Aprovado	4
2008/1	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA I	B	B	Aprovado	2
2008/1	PROJETO ARQUITETÔNICO I	A	A	Aprovado	10
2008/1	DESENHO ARQUITETÔNICO II	A	B	Aprovado	3
2008/1	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA II	A	A	Aprovado	3
2007/2	CÁLCULO E GEOMETRIA ANALÍTICA PARA ARQUITETOS	U	C	Aprovado	6
2007/2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE II	A	A	Aprovado	2
2007/2	LINGUAGENS GRÁFICAS II	A	B	Aprovado	3
2007/2	DESENHO ARQUITETÔNICO I	A	B	Aprovado	3
2007/2	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA I	E	A	Aprovado	3
2007/2	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO II	B	A	Aprovado	9
2007/2	PRÁTICAS SOCIAIS NA ARQUITETURA E NO URBANISMO	B	B	Aprovado	2
2007/1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE I	A	A	Aprovado	2
2007/1	LINGUAGENS GRÁFICAS I	B	B	Aprovado	3
2007/1	GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA À ARQUITETURA	A	B	Aprovado	4
2007/1	MAQUETES	BB	B	Aprovado	3
2007/1	TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO ARQUITETÔNICA	AA	B	Aprovado	3
2007/1	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I	AA	B	Aprovado	9

## PROJETO 1

2008.1

PROFESSOR: Edson Mahfuz

TEMA: Centro Comunitário Chácara das Pedras

Projeto de um centro comunitário para o bairro Chácara das Pedras, o local de intervenção era a Praça Lima Duarte. O programa do projeto era composto por uma pequena biblioteca, sala multiuso, café e espaço de praça pública.



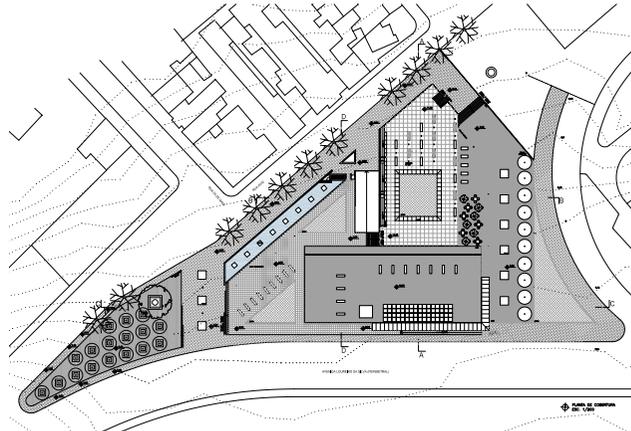
## PROJETO 2

2008.2

PROFESSOR: Paulo Almeida

TEMA: Biblioteca Pública

O terreno do projeto se localiza próximo ao centro de Porto Alegre, na Av. Loureiro da Silva. O edifício contém além do acervo da biblioteca, espaço de estudos, administração, estacionamento, auditório e uma cafeteria. O espaço aberto também foi projetado.



## PROJETO 3

2009.1

PROFESSORES: Pedro Fendt e Cláudia Cabral

TEMA: Casa Ateliê

Projeto de uma residência para um artista localizada no encontro da Av. Neusa Goulart Brizola e Av. Protásio Alves. Além do espaço de moradia, incluída também um estúdio e galeria de exibição.



## PROJETO 4

2010.2

PROFESSOR: Rufino Becker

TEMA: Loja Orgânica

A loja orgânica é um boutique de roupas e acessórios orgânicos que contém também um café no pavimento superior com um terraço. A localização é o bairro Bom Fim, na casa antiga que existia na esquina das ruas Vasco da Gama e Felipe Camarão.



## URBANISMO 1

2011.1

PROFESSORA: Livia Piccinini

TEMA: Orla do Beira-Rio

O projeto era uma proposta de intervenção para a orla do Guaíba na perspectiva da Copa do Mundo, propunha o layout geral da região, reorganizando as escolas de samba e o entorno do estádio Beira-Rio.



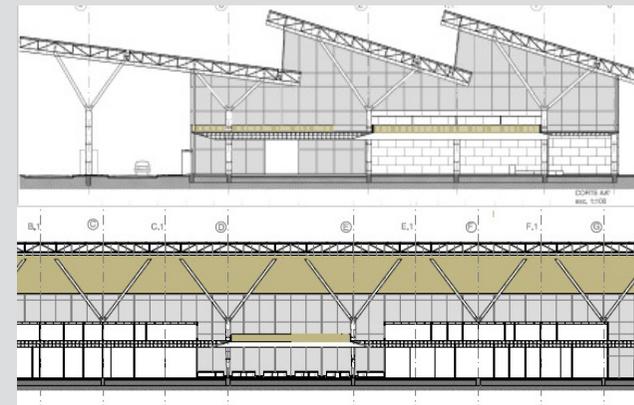
## PROJETO 5

2011.2

PROFESSORES: Luis Carlos Macchi, Betina Martau e Sérgio Marques

TEMA: Aeroporto em Canela

Projeto de um aeroporto em Canela, RS. Projeto de grande porte, a estrutura utilizada é de treliças metálicas. O projeto chegou no nível de detalhamento.



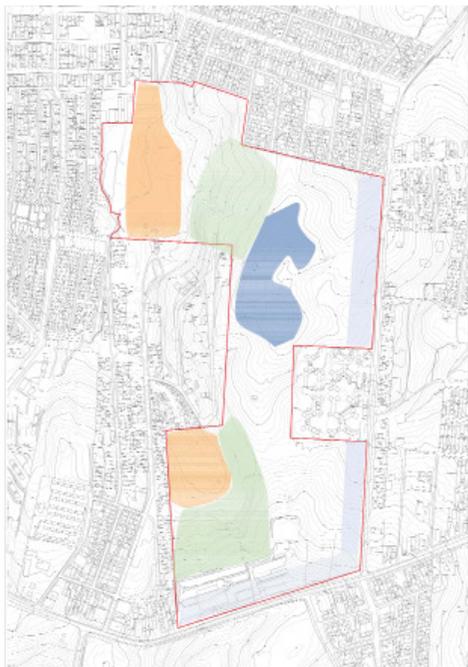
## URBANISMO 2

2011.2

PROFESSORES: Décio Rigatti

TEMA: Loteamento Ary Tarragô

O trabalho desenvolvido no semestre foi a proposta de um loteamento próximo a Av. Ary Tarragô.



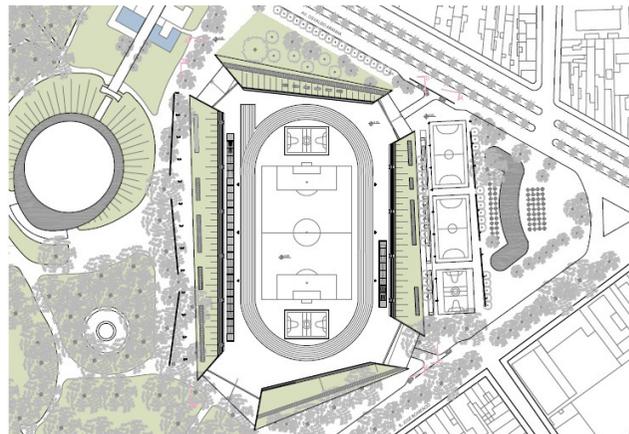
## PROJETO 6

2012.1

PROFESSORES: Cláudio Calovi e Glênio Bohrer

TEMA: Parque Ramiro Souto

Projeto de um estacionamento sob o campo de futebol do Parque Ramiro Souto para atender a demanda do Auditório Araújo Viana. O complexo contava com quadras poliesportivas e salas de ginástica, danças e lutas além de restaurantes.



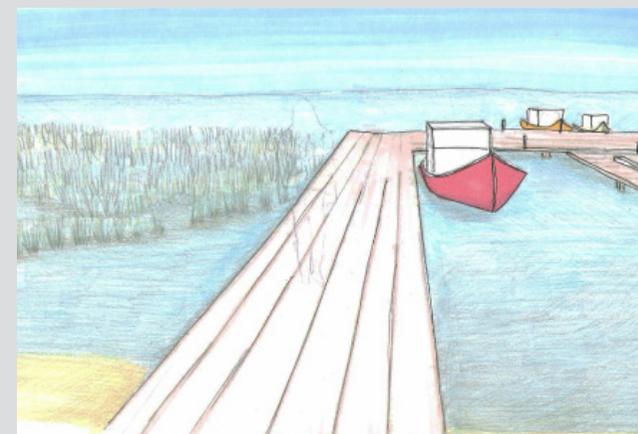
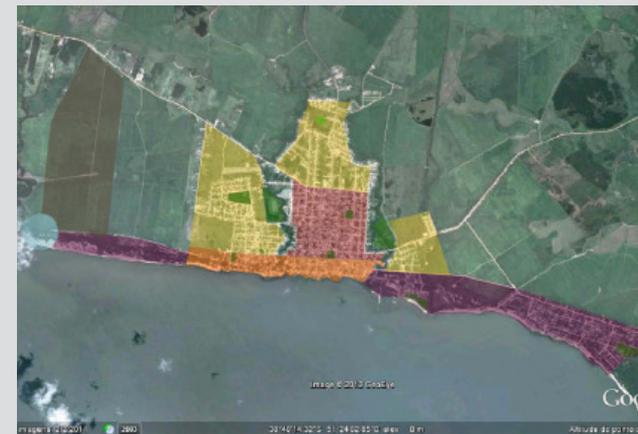
## URBANISMO 3

2012.1

PROFESSORES: Leandro Andrade e João Rovati

TEMA: Proposta para Tapes, RS

Projeto de reestruturação urbana para a cidade de Tapes. Compunha o exercício a percepção da cidade e o desenvolvimento de um projeto de revitalização.



## URBANISMO 4

2012.2

PROFESSORES: Gilberto Cabral e Heleniza Campos

TEMA: Orla do Guaíba - Usina do Gasômetro

Intervenção na orla do guaíba. Revitalização da área próxima à Usina do Gasômetro. O projeto ainda abrangia parte dos armazéns do Cais do Porto.



## PROJETO 7

2013.1

PROFESSOR: Eduardo Galvão

TEMA: Comércio + Habitação + Serviço

O sítio estudado trata-se de um terreno na Av. Nilo Peçanha, bairro Três Figueiras. É proposta a implantação de habitação coletiva combinada com salas comerciais, lojas e serviços.

